



POLÍTICAS SOCIAIS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: FUNDO PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO

Caroline Hentges¹
Edemar Rotta²
Ivann Carlos Lago³
Neusa Rossini⁴

Resumo: Esta pesquisa busca analisar a aplicação do fundo público em políticas sociais em pequenos municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul (RS), no período compreendido entre 1997 e 2015, visando estabelecer possíveis correlações com a dinâmica de desenvolvimento dos mesmos. Toma-se como referência os municípios com população até 20 mil habitantes, pertencentes à Região Funcional 07, de planejamento do RS. A pesquisa orienta-se a partir das premissas do método materialista histórico dialético em suas categorias fundamentais: historicidade, contradição e totalidade. Trabalha-se com os dados das contas municipais, disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os dados foram coletados, organizados, atualizados e analisados com a auxílio da técnica da análise de conteúdo. Como referências teóricas de análise utiliza-se os conceitos de fundo público, políticas sociais e desenvolvimento. Demonstra-se e compara-se os dados, visando identificar possíveis correlações com os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Constata-se que, dos 70 municípios investigados, 67 encontram-se, em 2010, na condição de alto desenvolvimento (acima de 0,800) para a área da longevidade, enquanto, em 1991, apenas dois deles encontravam-se nesta condição. Tendo presente que este indicador tem uma relação direta com as condições de saúde e saneamento básico, pode-se inferir que a ampliação significativa dos investimentos (da faixa média de 10% para 25%) nestas áreas, por parte dos municípios, teve correspondência com nos resultados alcançados. A área de educação foi a que apresentou o maior percentual de crescimento nos indicadores que compõem o IDHM ao longo das três séries analisadas (1991, 2000 e 2010). Em 1991, os 70 municípios analisados apresentavam indicadores de muito baixo desenvolvimento, sendo que 59 deles com índices abaixo de 0,300. Em 2010, apenas um município ainda se encontrava na condição de muito

¹ Graduanda em Administração pela UFFS. Acadêmica voluntária na pesquisa. Contato: caroline.hentges@hotmail.com

² Doutor em Serviço Social. Professor da UFFS, Campus Cerro Largo. Contato: erotta@uffs.edu.br

³ Doutor em Sociologia Política. Professor da UFFS, Campus Cerro Largo. Contato: ivann@uffs.edu.br

⁴ Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Servidora Técnica Administrativa da UFFS, Campus Cerro Largo. Contato: neusarossini@uffs.edu.br



baixo desenvolvimento, com índice de 0,480, 29 estavam na condição de baixo desenvolvimento, 37 na condição de médio e 03 na condição de alto desenvolvimento. Os indicadores ligados ao fator renda, também apresentaram resultados positivos, mesmo que em proporções menores do que os ligados à longevidade e educação. De uma forma geral contata-se tendência de crescimento dos valores totais aplicados nas políticas sociais analisadas, ampliação dos percentuais (sendo, em média de 88,6% dos municípios analisados) e repercussões diretas nos indicadores de desenvolvimento, com destaque para longevidade e educação. Destaca-se que, mesmo tratando-se de uma das regiões do Rio Grande do Sul mais “deprimidas economicamente”, as mudanças nos indicadores de desenvolvimento foram expressivas ao longo do período analisado. Grande parte dessas mudanças estão ligadas diretamente aos impactos produzidos pela aplicação do fundo público nas políticas sociais. Em 1991, 59 municípios encontravam-se na condição de muito baixo desenvolvimento e os outros 11, na condição de baixo desenvolvimento. Em 2010, 41 municípios alcançaram a condição de alto desenvolvimento e 29 a condição de médio desenvolvimento.

Palavras-chave: Fundo público. Políticas sociais. Pequenos municípios. Desenvolvimento.

Categoria: Pesquisa

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Formato: Comunicação Oral